



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – SETEMBRO DE 2017

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na Sala de Cinema Humberto Mauro do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Claudio Partes, representante do segmento de artes plásticas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes do Instituto Municipal de Cultura e Esportes Maria Luísa Rocha Melo, Leonardo Randolpho, Marcelo Vieira e Marcelo Fernandes, contando ainda com as seguintes presenças: conselheiro Jaime Moreno, representante do segmento de literatura; conselheiro Pedro Azevedo Fernandes, representante do segmento de teatro; conselheiro André de Amorim, representante do segmento de música; conselheira Deise M^a C. Goettner, representante da Secretaria de Educação; conselheiro Fernando Werneck Sindorf, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; conselheira Wanderléya de Oliveira e seu suplente Felipe Laureano, representantes do segmento de dança; conselheira Aline Castella, representante do segmento de audiovisual; conselheira Graça Pimentel, representante suplente do segmento de artes plásticas; conselheira Gisele Gimenez Destro Carneiro, representante da Secretaria de Assistência Social; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheiro Guilherme Barcelos, representante do segmento de cultura de rua; conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais; conselheira Eva da Silva Brandão, representante do segmento de artesanato, e conselheira Lourdes Petronilho e sua suplente Simone Izidio C. G. Vivarini, representantes do segmento das culturas afrobrasileira, indígena e popular. Também presentes os visitantes Marcelo Valverde Xavier, Andressa Canejo (Ascom), Beatriz Ohana (segmento de audiovisual), Yuri Moura (Bloco Boa Praça), Eduardo Costa da Silva (AMAFLO – Associação Moradores Floresta), Neiva Voigt (Movimento Art & Cia.) e Monica Leão (Gabinete da Cidadania).

Realizadas a leitura e aprovação da ata da assembleia ordinária ocorrida no mês de agosto, com a ressalva de Marcelo Xavier a respeito do evento “Deguste”, de que ele não é contra a sua realização.

Dando início à reunião, Claudio Partes informou que enviou, de acordo com a deliberação em última assembleia, ofício ao prefeito, com cópia à Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, informando a aprovação do CMC do PPA referente à pasta da cultura para o quadriênio 2018-2021, manifestando, no entanto, o apontamento deste conselho para que o município ordene o mínimo de 1% de seu orçamento anual à referida pasta. O ofício encontra-se anexado à presente ata.

Claudio Partes também informou aos presentes que encontra-se na secretaria do CMC à disposição de todos o material disponibilizado na ocasião do I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do RJ, qual seja, duas publicações da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, sendo uma referente à Lei de Incentivo à Cultura 2017/2018, da Superintendência da Lei de Incentivo à Cultura, e outra que especifica os documentos referenciais para elaboração dos planos setoriais que foram gerados pelo mencionado fórum, organizada pela Superintendência de Políticas Culturais, ambas anexadas na presente ata.

Prosseguindo a reunião, Claudio Partes novamente lembrou aos conselheiros que na assembleia ordinária de outubro deverão ser apresentados os novos representantes das cadeiras da sociedade civil para o próximo biênio, começando o processo de eleição agora em setembro. Apresentou como meta futura o estudo mais aprofundado do Plano Municipal de Cultura para sua revisão. Citou a questão do cumprimento dos conselheiros na participação ativa das reuniões como exemplo de conduta, ressaltando que, dentro do previsto no Regimento Interno do CMC, alguns membros, a rigor, deveriam ser afastados da representatividade, considerando sua falta de comprometimento na questão da assiduidade nas assembleias, sendo portanto imperioso que este

regimento também deva ser revisado e atualizado. Jaime Moreno aproveitou para registrar que foi elaborado e será entregue nesta reunião o Regimento Interno que irá nortear os trabalhos do segmento de literatura.

Claudio Partes percorreu brevemente sobre o I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do RJ, ao qual compareceu, lamentando que considerou o evento muito aquém do que se esperava de uma organização maior, tendo ele a impressão de que este seria tão somente um cumprimento de um protocolo. Também relatou que houve falha no transporte disponibilizado pelo IMCE, apesar da deliberação anterior em assembleia do seu custeio pelo Funcultura, sendo que, na verdade, a contratação da van foi inviabilizada em função da falta de tempo hábil para tal. E que o IMCE disponibilizou um carro que, por uma série de contratemplos, resultou em atrasos na chegada para o evento. Leonardo Randolpho confirmou que, embora desconhecesse deste fato anteriormente, a contratação de um transporte em apenas uma semana é realmente inviável dentro dos trâmites exigidos pela administração pública, ainda que com deliberação do CMC. Confirmou também que a frota do governo foi entregue pela antiga gestão de forma precária, e o carro que pertencia a então FCTP sofreu um acidente há uns dois anos atrás ocasionando sua perda total.

Prosseguindo, Claudio Partes realizou a leitura de um documento assinado pelos segmentos artísticos intitulado “Cultura é vida (é cidadania, educação, saúde e economia)”, onde foram arrolados pontos considerados críticos pelos agentes culturais, destacando, conforme redação apresentada:

- o fechamento do Centro de Cultura nos finais de semana e após as 18h nos dias úteis
- a arbitrariedade presente nas políticas culturais, exemplificando a audiência pública realizada na Câmara Municipal sobre a criação do Festival de Cinema Lusófono – Petrópolis Film Fest sem a participação do segmento de audiovisual, bem como a instalação da Central de Monitoramento no prédio do Centro de Cultura
- o descaso do poder público com o Centro de Cultura
- a decisão do poder público de interromper o projeto Ciranda das Artes
- a desvalorização da classe artística e agentes culturais do município por parte da gestão.

Neste documento também são apresentadas as principais necessidades culturais básicas, de acordo com os assinantes, sendo:

- a inserção do CMC nos assuntos afins
- a qualificação mínima e funcionamento pleno do Centro de Cultura
- o funcionamento dos espaços culturais localizados nos distritos
- a implementação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura
- a elaboração de um edital de cultura mais democrático
- a continuidade do projeto “Ciranda das Artes”
- a desburocratização para os artistas locais
- a garantia da permanência dos valores do Funcultura de um exercício para outro
- a realização prioritária dos eventos constantes no PMC
- a garantia da realização da Festa da Cultura Afrobrasileira, do Festival de Cultura Urbana e do Carnaval da cidade, entre outras realizações que agregam os diversos segmentos.

Claudio Partes enfatizou a representação forte que o CMC deveria possuir e que no entanto vive aquém na utilização de seus direitos. Frisou a conduta exemplar de que os ocupantes de cargos nas várias instâncias deveriam ter, desde a Presidência da República, passando pelos prefeitos, secretários e seus diretores, e que deveriam ser estes norteadores da sociedade civil, esta muitas vezes incapaz de se apropriar de suas potencialidades. Ressaltou também a falta do assessoramento efetivo por parte da equipe do IMCE à presidência, o que gera à classe artística-cultural insegurança e desconfiança no relacionamento com o poder público. Mencionou que há um hiato entre o discurso oficial do poder público e as ações que de fato acontecem na cultura, e fez um apelo para que haja mais sensibilidade por parte do governo nestas relações, acima de quaisquer diferenças, tendo como foco principal as pertinências do coletivo. Disse que o texto apresentado não é o definitivo, estando ainda em fase de aperfeiçoamento, mas que, tão logo estiver consolidado, será disponibilizado a todos. Aproveitou também para pontuar a falta de diálogo entre gestão e sociedade civil, dizendo ainda que o CMC tem como papel ser o protagonista no desenvolvimento das políticas públicas, e que

os produtores, artistas e agentes de uma maneira geral não estão tendo o acesso à gestão pública. Enfatizou, conforme registrado no texto, que é desejo dos segmentos que haja menos discurso político e mais ações efetivas. Leonardo Randolpho respondeu, após apresentação de todo o documento, que achou curiosa a falta de memória dos que assinaram o manifesto, dizendo estar assustado com os apontamentos apresentados, levando-se em consideração o que aconteceu na gestão passada e o conseqüente esvaziamento do CMC. Com relação aos eventos, ao contrário do que foi pontuado, todos aqueles que até agora se realizaram constam no PMC. Disse ser um grande desafio, mesmo que ainda não domine integralmente a máquina do poder público, fazer com que tudo funcione, mesmo dentro de um cenário caótico, somando a total falta de recursos. Esclareceu que está trabalhando na realocação da equipe reduzida do IMCE de forma a reabrir o Centro de Cultura aos sábados, ainda que parcialmente. Lembrou a todos que foi entregue à gestão atual este prédio com equipamentos “sucateados”, e que, felizmente, é sensível a esta situação, o que o impele a lutar pela melhoria deste estado de coisas. Continuou a sua fala destacando que cada conselheiro tem voz, e que, no caso do Ciranda das Artes, o projeto não acabou, mas está sendo reformatado. Chamou a atenção para o caráter politizado presente no texto do documento ora apresentado, o que pode acabar gerando erros conceituais, a exemplo da equivocada audiência pública que aconteceu na Câmara Municipal, pois que nenhum projeto deve partir de leis. Convidou a todos os conselheiros que reflitam antes de atacarem e se manifestarem em plenária com colocações duvidosas, e que, ao invés disso, transformem a pauta de uma maneira positiva por conta dos erros cometidos. Com relação à citada central integrada de monitoramento da cidade que ficará no Centro de Cultura, esclareceu que o setor administrativo será transferido para o seu andar térreo, ficando o terceiro andar exclusivamente para atividades culturais. Disse ter se reunido com vários entes que confirmaram a necessidade de segurança no local, sem porém a presença de ações repressivas. E que serão adquiridas câmeras de segurança por ser esta a forma mais barata e inteligente de monitoramento de um lugar. E esta movimentação está gerando a elaboração de um projeto arquitetônico que beneficiará as condições físicas dos espaços do Centro de Cultura, sendo que os custos destas obras serão ainda divididos pelas entidades envolvidas. Informou que nestes estudos dos espaços está prevista ainda a criação de uma nova galeria, dedicada às artes visuais. E que, sendo assim, todas estas ações vêm resultar, na verdade, num ganho de espaço para a cultura da cidade. Pediu a todos que tenham paciência e clareza nas reivindicações, para que os segmentos não cometam injustiças. Claudio Partes reconheceu que de fato houve o esvaziamento do CMC em resposta à gestão da época, devido justamente à impossibilidade de diálogo entre as partes. Disse que a intenção é a de que haja relacionamento entre o Conselho e o poder público por meio de diálogo, sendo que o conteúdo da carta apresentada ainda não está fechada. Esclareceu que, ao contrário do que foi dito, o texto não é norteado por questões políticas, mas sim tem como único foco a cultura, e que este documento vem reforçar a importância do relacionamento transparente e o diálogo entre poder público e sociedade civil.

Aline Castella perguntou sobre o Petrópolis Film Commission, dizendo que nada foi desenvolvido a partir de então, e que ficou sabendo na audiência pública da Câmara Municipal de que já haviam indicado um presidente para o comitê, sendo que o segmento não tinha sido consultado nem sobre isso e nem sobre a própria audiência. Leonardo Randolpho informou que não procedia a informação sobre a indicação da presidência, e que também sequer tinha sido avisado sobre a referida audiência. Lembrou a ela que já havia dito que não fará qualquer alteração no decreto de criação do Petrópolis Film Commission sem a devida consultoria do segmento e que precisaria se apropriar mais do assunto.

Leonardo Randolpho sugeriu então, como resultado deste debate, que seja elaborado pelo CMC um documento de caráter propositivo a ser enviado ao prefeito, onde, ao invés de apresentar somente pleitos da classe artística, seja proposto um verdadeiro pacto pela cultura.

Marcelo Xavier pediu a palavra para dizer que os grupos de artesanato, com a extinção da FCTP, têm agora de lidar com a Turispetro para participação nos eventos e que o segmento gostaria de voltar a negociar com a pasta da cultura, ao que foi sugerido por Leonardo Randolpho que fosse isso documentado, também de forma propositiva, dentro do pacto pela cultura que será firmado entre o

CMC e o governo.

André de Amorim ressaltou sobre a existência real da falta de comunicação entre os conselheiros e a presidência do IMCE, agravado pelo fato de ser este, ainda por cima, vice-presidente do CMC. Solicitou que sejam consideradas prioritárias as reivindicações da classe artística e apontou a necessidade da transmissão de informações entre a Câmara Municipal e a Prefeitura, para que situações como esta, da realização de uma audiência pública sem o prévio conhecimento dos envolvidos e até mesmo a forma como foram feitas a extinção da FCTP e a criação do IMCE, não ocorram novamente.

Guilherme Barcelos disse que o documento apresentado é motivado pela falta de resposta após nove meses de gestão, e que considera real a arbitrariedade nas decisões da gestão atual dentro das políticas públicas no município, onde as atividades culturais populares, como o Carnaval e o Festival de Cultura Afrobrasileira, não estão sendo garantidas, a não ser por editais. Leonardo Randolpho discordou desta declaração, dizendo que, ao contrário, vem se reunindo com os grupos representantes destes segmentos de forma a dialogar e viabilizar ações que atendam às suas demandas. Frisou porém que, enquanto as demandas não vierem de um grupo realmente representativo, legitimando a sua classe, não terá como ouvi-las.

Ivo Mendes ressaltou a importância da união da classe, e que de fato o prefeito não vem recebendo ninguém e que os conselheiros devem parar de lutar por causa própria. Destacou que o CMC deve realmente se unir e aprender a votar pelos seus representantes. E que apóia a realização de um movimento pela cultura e não um pacto, como proposto.

Wanderleya de Oliveira solicitou a palavra e disse não estar se sentindo confortável, como representante do segmento de dança, com o teor do documento apresentado, dizendo inclusive que o desconhecia. Afirmou que, ao contrário, o segmento teve total abertura no diálogo com a presidência do IMCE, que o apoiou na utilização dos espaços do Centro de Cultura para a realização de um evento de dança. Guilherme Barcelos retrucou que esta é a “política de balcão” adotada pela atual gestão, ao que Neiva Voigt se pronunciou, dizendo que houve uma sensibilidade da gestão em confiar ao segmento a utilização dos espaços do prédio para que fosse viabilizada mais uma edição do projeto Dançar por Dançar, movimentando um grande número de artistas e público, durante todo um fim de semana. E que concorda que não se deve somente “atirar pedras”, mas sim unir forças para fazer o melhor.

Felipe Laureano destacou que é importante que a classe artística não espere que as verbas públicas sejam disponibilizadas para aí então realizar seus projetos, mas sim esforçar-se para que métodos sejam definidos de maneira a garantir que os eventos e projetos aconteçam, independente dos recursos. E que deve-se começar dentro do CMC, onde é preciso que o seu regimento interno vigente seja realmente cumprido; em que as suas comissões de fato funcionem naquilo que lhes são atribuídas; e onde as reuniões sejam estruturadas com pautas previamente estabelecidas e falas controladas.

Claudio Partes lembrou que não cabe ao presidente do CMC determinar o que é importante aos segmentos, e que estes devem encaminhar as suas demandas. E que é preciso que os segmentos troquem entre si experiências exitosas e informações para o enriquecimento de todos.

Carlos Lima se manifestou contra o conteúdo do referido documento, dizendo que não foi consultado sobre o assunto, e que, apesar de concordar com alguns dos pontos apresentados, disse que o segmento de bandas marciais sempre teve diálogo com a gestão. E que, se o Centro de Cultura encontra-se hoje abandonado, conforme pontuado na carta, isso vem acontecendo há mais tempo, antes mesmo desta gestão.

Pedro Fernandes também destacou que o segmento de teatro vem obtendo uma boa abertura com o poder público, e que apoia a elaboração de um documento que propõe um pacto pela cultura.

André de Amorim chamou a atenção para o fato de que o segmento de música já havia solicitado uma reunião com a presidência do IMCE, de forma a retomar a discussão referente à Lei Municipal de Incentivo à Cultura, no intuito de que ela possa se tornar um canal de independência da classe artística dos recursos públicos.

Claudio Partes reafirmou a importância do diálogo ser uma constante no relacionamento entre o poder público e a classe artística, e que atualmente a maioria dos integrantes desta classe sente que existe realmente a adoção da “política de balcão” nesta relação, e que de fato este diálogo deve existir para que o próprio IMCE seja fortalecido.

Após todos se manifestarem sobre o assunto, Leonardo Randolpho encaminhou a elaboração de um documento em que o CMC propusesse ao governo municipal um pacto pela cultura, ao que houve aprovação unânime na votação.

O documento que foi pauta da assembleia intitulado “Cultura é vida” encontra-se anexado na presente ata.

Dando início aos informes gerais, Aline Castella divulgou a sessão do Cinema 360° no Cine Humberto Mauro no dia 21 deste mês com o filme Bikes X Carros, seguido de um debate com o doutor Julio Ambrosio, especialista na história da formação dos espaços urbanos.

Marcelo Xavier convidou a todos para a I Conferência Municipal de Economia Popular Solidária de Petrópolis, cujo tema será “Pelo direito de cooperar e produzir de forma sustentável”, a se realizar no dia 18 deste mês no auditório da Casa dos Conselhos.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Claudio Partes.

Petrópolis, 11 de setembro de 2017.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª secretária

Claudio Partes
Presidente